

# Editorial

É com grande satisfação que apresentamos os artigos científicos originais que compõem o número 75 da *Revista Sequência – Estudos Jurídicos e Políticos*. Consoante com a nossa proposta que privilegia a interdisciplinaridade, sem no entanto se afastar das linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, trazemos à comunidade jurídica nove trabalhos críticos e reflexivos importantes para a área, percorrendo diversas temáticas do Direito.

A primeira contribuição, um aporte internacional, é de Tullio Treves – da Università degli Studi di Milano – Itália –, que aborda alguns aspectos da legitimidade nas decisões de cortes e de tribunais internacionais, partindo da análise das diversas questões que tocam potenciais aspectos referentes à legitimidade.

O segundo artigo vem de Márcio Ricardo Staffen e Mher Arshakyan – respectivamente, da Faculdade Meridional em Passo Fundo e da American University of Armenia – Armênia –, que analisam os mecanismos de coabitação dos fundamentos filosóficos do princípio da dignidade humana pela prática jurídica, tanto em documentos legislativos quanto em decisões judiciais.

Em seguida, apresentamos o trabalho também internacional de Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia – da Universidade de Lisboa – Portugal – que apresenta os resultados de um estudo sobre as percepções dos colaboradores dos serviços do Ministério da Justiça em Portugal acerca do poder detido pelo dirigente máximo do serviço ao qual pertencem.

O quarto aporte vem de Luís Fernando Sgarbossa e Geziela Iensue – ambos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – que exploram a discussão acerca da tese da “abstrativização” da jurisdição do Supremo Tribunal Federal no controle concreto de constitucionalidade.

A quinta contribuição é de Ana Cláudia Côrrea Zuin Mattos do Amaral e de Pedro Henrique Arcain Riccetto – respectivamente, da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade de São Paulo – esse trabalho analisa o caráter indissociável da responsabilidade civil e da sustentabilidade a partir dos novos paradigmas de ressarcimento, tecendo críticas ao sistema clássico de compensação.

No sexto artigo, Maria Helena D’Arbo Alves de Freitas, Renan Posella Mandarino e Larissa Rosa – todos da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – versam sobre a efetividade das garantias individuais e o reflexo dessa problemática no acesso à justiça penal brasileira.

Já no trabalho seguinte, Fabrício Bertini Parquot Polido e Lucas Sávio Oliveira da Silva – ambos da Universidade Federal de Minas Gerais – exploram questões relativas à interface entre contratos internacionais eletrônicos e o direito internacional privado.

O oitavo artigo vem de Caetano Dias Corrêa – da Universidade Federal de Santa Catarina – que busca discutir e lançar bases para uma abordagem do fenômeno jurídico a partir de um cabedal teórico próprio do estudo das religiões, diante das diversas (e muitas vezes pouco exploradas) interfaces entre direito e religião.

Por fim, o último artigo desta edição traz as reflexões de José Sérgio da Silva Cristóvam – da Universidade Federal de Santa Catarina – que aborda a teoria da ponderação de princípios com base nos contornos traçados pelo neoconstitucionalismo.

Esperamos que as pesquisas, sob a forma de artigos, trazidas neste número, sirvam para fomentar o debate jurídico e enriquecer a pesquisa científica no direito.

Agradecemos aos pesquisadores e aos professores por suas contribuições, aos nossos avaliadores por seus pareceres e a todos que colaboraram para a realização desta edição.

Luiz Henrique Urquhart Cademartori

Editor-Chefe

Priscilla Camargo Santos

Editora-Assistente

